

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA Nº 1/2012

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 24 DE FEVEREIRO 2012

PRESIDENTE DA MESA

Ramiro Manuel Lopes de Matos

SECRETÁRIOS:

1º Secretário – Victor Manuel Dias Coelho

2º Secretário – Manuel Augusto Nabais

FALTARAM:

Celino Augusto

Inês Martins Ambrósio Figueiredo

Manuel Joaquim Fogueiro Rito

Presidente da Junta de Freguesia da Lomba

Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Espinho

Presidente da Junta de Freguesia de Vila do Touro

JUSTIFICARAM A FALTA:

Carlos Alberto Morgado Gomes (*substituído por José Cunha Antunes*)

Maria de Fátima da Cruz Basilio Neves

Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia do Bispo (*representado pelo Tesoureiro Daniel N. Fernandes*)

HORA DE ABERTURA:

Vinte horas e quinze minutos.

LOCAL:

Museu Auditório Municipal



❖ Às vinte horas e quinze minutos dado haver quórum o **Presidente da Assembleia**, tendo cumprimentado os membros da Assembleia, o Executivo Municipal e o Pessoal de Apoio e o público presente, declarou *aberta a sessão*. -----

❖ O **Presidente da Assembleia** antes de entrar na discussão dos assuntos da assembleia:

- deu posse ao Presidente da Junta de Freguesia da Moita, **António Manuel Félix Loureiro** na sequência do falecimento do anterior detentor do cargo,
- e passou a palavra a:

Presidente da Junta de Freguesia do Casteleiro que, depois de cumprimentar os presentes disse: *“Faleceu no passado dia 04 de fevereiro, em sua casa, António Joaquim Nabais Moreno, Presidente da Junta de Freguesia da Moita. O Tó Quim, como era tratado pelos mais próximos, foi um homem bom e um homem de bem. Autarca empenhado, amava a sua terra natal e sempre se assumiu, para além de moitense, um sabugalense convicto, pelo que proponho um voto de pesar e seja guardado um MINUTO DE SILÊNCIO em sua memória”*. -----

Daniel Simão, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes propôs também que se fizesse um MINUTO DE SILÊNCIO em memória do colega **Carlos Eduardo Teixeira Alves**.

As propostas foram aprovadas e foi guardado um *MINUTO DE SILÊNCIO*.-----

De seguida passou-se à discussão dos assuntos constantes do:-----

ANTES DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30/12/2011.

Tomando a palavra o **Presidente da Assembleia** disse que a ata tinha sido enviada a todos os membros da assembleia, pelo que depois de feitas as alterações e/ou correções julgadas necessárias a poria à votação. Feitas as correções o **Presidente da Assembleia** pôs a ata à votação que foi **aprovada**, por maioria, com 5 abstenções. -----

PONTO 2 - EXPEDIENTE

O **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao 1º Secretário que deu conhecimento do seguinte expediente:

- **Moção** aprovada pela **Câmara Municipal do Sabugal** sobre a *Reorganização do Mapa Judiciário*;
- **Requerimento** dos Deputados da CDU sobre *“Opção Gestionária”*;



- Ofício da **Assembleia Municipal da Guarda** a enviar **Moção** referente ao Relatório publicado para a *“Reforma Hospital – Maternidade da Guarda”*;
- Email da **ANMP** – Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre a *Reorganização Administrativa Territorial Autárquica*;
- Ofício da **Assembleia Municipal de Almeida** a enviar **Moção** relativa à *“Supressão das Portagens na A25 e A23”*;

PONTO 3 – ASSUNTOS DIVERSOS

De seguida o **Presidente da Assembleia** deu início à discussão dos assuntos relativos a este ponto do *Antes da Ordem do Dia*, tendo perguntado quem pretendia inscrever-se para intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a:

Ilídio Clemente depois de cumprimentar os presentes disse que, os vereadores do Partido Socialista e o Presidente da Câmara tinham apresentado duas propostas de **Moção** relativas ao encerramento do Tribunal do Sabugal na reunião de Câmara realizada no dia 01/02/2012, as quais tinham sido aprovadas, por unanimidade. Contudo, o senhor Presidente da Câmara apenas tinha entregue a proposta da Presidência à Mesa da Assembleia, escondendo dos membros da assembleia a proposta apresentada pelos vereadores do Partido Socialista. Dizendo: *“pode, o senhor Presidente fazer tudo para esconder que o Partido Socialista está contra o encerramento do tribunal”*, e entregou à Mesa a **Moção** dos vereadores do Partido Socialista. -----

Finda a intervenção o **Presidente da Assembleia** procedeu à leitura da **Moção**, que se transcreve: *“A lógica economicista dos detentores do poder político central conduziram a mais uma proposta que, podendo diminuir a curto prazo a despesa pública, tem como consequência um maior afastamento dos serviços públicos ao cidadão comum, aumentando as situações de desigualdade entre aqueles que possuem condições sociais e económicas que lhe permitem aceder a organismos públicos distantes do local onde vivem ou trabalham, e os que pela idade ou pela insuficiência de meios, vêm o seu direito de cidadania diminuído.*

O encerramento de serviços de justiça no interior do País e, em particular, no Concelho do Sabugal é mais uma achega para o isolamento e a desertificação de parte significativa de Portugal, não podendo deixar de manifestar o nosso total desacordo.

Estamos perante um ato gratuito de quem confunde a coesão territorial e social com menores custos financeiros, como se o direito ao acesso dos serviços públicos por todos os portugueses pudesse servir de moeda de troca.



Fechado o Tribunal do Sabugal, restam no nosso concelho alguns estabelecimentos de educação, os Registos Civil e Predial, o Notariado, a GNR e as Finanças, que, estamos certos, já devem ter também a data de encerramento decidida!

Hoje como no passado, quando se pretendeu fechar as urgências do Centro de Saúde, ou quando se encerram as escolas, os sabugalenses souberem lutar contra tudo e contra todos na defesa dos interesses do Concelho.

E também sempre contaram com os eleitos municipais para encabeçarem essa luta.

Assim, e acreditando que não é com o encerramento de serviços públicos de proximidade que se defendem os interesse dos portugueses em geral e dos sabugalenses em particular,

A Assembleia Municipal reunida em 24 de fevereiro de 2012:

Manifesta o seu total desacordo quanto ao encerramento do Tribunal do Sabugal, solidarizando-se com o coletivo sabugalense e colocando-se desde já ao seu lado na luta que teremos que encetar para que tal encerramento não se verifique”. -----

De seguida foi aberto um período de inscrições para quem pretendesse intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a:-----

João Manata que, depois de cumprimentar os presentes disse que o Grupo da CDU iria votar favoravelmente a moção, lamentando o facto de ter sido o Partido Socialista que iniciara o acordo com a TROIKA, estando as consequências à vista. Contudo congratulava-se com o conteúdo da moção. -----

José Robalo, depois de cumprimentar os presentes disse que, estava à espera que este tema viesse para o período da Ordem do Dia, para que pudesse ser discutido e votado com responsabilidade e serenidade, e se pudessem encontrar moções, alternativas e propostas concretas para dizer ao poder central que estava enganado na sua intenção de pretender encerrar o **Tribunal do Sabugal**. “ *Penso que estas questões não devem ser politizadas da forma como estão a ser. Só queria dizer que, para além de deputado municipal sou delegado da Ordem dos Advogados da Comarca do Sabugal, e nessa qualidade, quando tive conhecimento do documento, tive o cuidado de reunir com todos os meus colegas com escritório no Sabugal. Discutimos a questão de forma muito séria, e fui mandatado para na próxima 4ª-feira ter uma reunião com o Bastonário da Ordem – Marinho Pinto.*

E antes disso, tive já o cuidado de falar com o Sr. Primeiro-Ministro e dizer-lhe, olhos nos olhos, que estamos frontalmente em desacordo. Que o Tribunal no Sabugal é essencial para continuar a fixar pessoas. E, disse-lhe mais. Que o Tribunal do Sabugal quando chegou a comarca, era uma Comarca



que tinha em área geográfica a dimensão da Ilha da Madeira, e estar a encerrar um Tribunal, com a área geográfica que está a servir, e não sabermos se as pessoas que o tribunal serve se têm de dirigir para a Guarda ou para a Covilhã para terem justiça, é mais uma ação para encerrar o concelho. Disse ao Sr. Primeiro - Ministro que, sendo militante do PSD estava frontalmente contra, mas tive o cuidado de fazer propostas, e espero que a assembleia municipal reflita sobre isso, não venha apenas com propostas demagógicas de politização dos factos, que isso não leva a lado nenhum.

O que disse ao Sr. Primeiro – Ministro é que se a nossa comarca, (embora os números não estejam dentro dos que são referidos no documento) for alargada a Sul, se nós conseguirmos ir buscar a Penamacor, freguesias como Meimão, Benquerença, Vale da Sr.ª da Póvoa, e as integrarmos na Comarca do Sabugal, conseguiremos satisfazer o número fixado no documento. Era nisso que eu convidava todos os senhores deputados a refletir, a dar sugestões, no sentido de convencer o executivo de que é mesmo importante esta tomada de posição.

Ainda ontem tive o cuidado de falar com um deputado do PSD e na qualidade de Delegado da Ordem dos Advogados, enviar-lhe uma moção e dizer-lhe as razões porque esta comarca é essencial e não deve encerrar.

Sei que amanhã vai estar no Casteleiro o Secretário-geral do PS, digam-lhe que intervenha junto dos seus deputados, no sentido de fazer com que o Tribunal do Sabugal não encerre. Não é, só vir aqui, aprovar moções e depois... saímos daqui, aprovámos mais uma moção, fizemos política e não há consequências de nada”. -----

Joaquim Carreto, depois de cumprimentar os presentes disse: *“Antes de mais nada, digo ao João Silva que dispensamos os comentários, porque se o seu partido se queria manifestar contra a assinatura da TROICA tinha participado nas conversações, não tinha fugido, como fizeram. Quem foge é porque tem medo ou porque não tem argumentos para dar.*

Em relação ao que disse o senhor deputado José Robalo, fico contente pelo que referiu, porque quando foi na altura da polémica do fecho do Centro de Saúde, ele se levantou e disse que estaria na frente da luta contra o encerramento do Centro de Saúde. Fiquei contente ao ouvi-lo dizer que também está na linha da frente contra do encerramento do Tribunal do Sabugal.

Isto não é politizar o assunto, mas dispensamos que faça propostas de agenda ao nosso secretário - geral, em relação ao que ele tem que dizer ou não, até porque ele já referiu várias vezes que é contra o encerramento dos tribunais do interior. Portanto essa sugestão caiu um bocadinho fora do contexto”.-----

José Cunha Antunes que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes disse que: *“Eu sei que o Sr. Presidente da Câmara e todo o executivo se têm preocupado com essa eventual medida.*

Sei também que os Srs. Advogados com banca no Sabugal já terão manifestado o seu descontentamento, através do Sr. Delegado da Ordem dos Advogados que, por coincidência, também é elemento desta Assembleia.

Mas será que não se pode fazer mais!

Damos tal assunto por encerrado, aconteça o que acontecer, ou vamos continuar a manifestar-nos contra tal pretensão?

Há poucos dias foi transmitida uma reportagem num canal de televisão, dando conta da enorme manifestação que teve lugar em Castro D’aire, em que as pessoas se organizaram e mostraram veemente a sua indignação pelo também eventual encerramento daquele tribunal.

Eu penso que no Sabugal também se pode fazer mais, seja contra o encerramento do Tribunal, do Centro de Saúde – SAP, da Segurança Social ou qualquer outra instituição que aqui esteja estabelecida.

No caso concreto do Tribunal, o governo apresentou como motivo de encerramento o facto de não entrarem por ano mais de 250 processos. Só que este número obtido, como o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Delegado da Ordem dos Advogados já sabem, é manifestamente erróneo. Sabe-se que os números são fáceis de manipular. Quando nos convém são uns e quando não nos convém são outros. É sempre assim. Neste caso, este número – 250 – refere – se apenas a processos remetidos para julgamento.

Ora, para além destes processos, há muitos outros que não chegam a julgamento e muitas vezes são mais trabalhosos e morosos que os outros.

Por exemplo, na área criminal, apenas chegam a julgamento cerca de 1/3 dos processos entrados anualmente. O Tribunal não está instalado só para efetuar julgamentos. Há muitos outros assuntos que se tratam no tribunal.

Dou só os seguintes exemplos:

Se o Tribunal for encerrado e não for criada alguma instituição administrativa para o substituir, pode acontecer que, qualquer pessoa que precise de um simples certificado do seu registo criminal, terá que se deslocar para fora do concelho a fim de o obter.

Por outro lado quem precise de alguma certidão de inventário, o que ocorre com muita frequência, tem também de se deslocar para fora do concelho.

Por enquanto, quaisquer destes serviços e outros, ainda não é, possível obtê-los através da INTERNET.

Em cada ano judicial efetuam-se muitas diligências externas pelas localidades do concelho, fazendo-se aí por vezes os julgamentos ou a continuação deles. São feitas dezenas de penhoras, arrestos e embargos. Em qualquer um destes casos os funcionários e os Magistrados deslocam-se sempre em automóvel de aluguer, escolhendo um que esteja na praça do Sabugal. Logo, sempre será mais algum lucro para quem vive dessa profissão.

Por outro lado, para intervirem em alguns julgamentos, deslocam-se de vez em quando ao Sabugal alguns advogados, vindos até de Lisboa, Porto, Coimbra, etc. Acontece que de vez em quando até vêm no dia anterior ao julgamento, ficando como é lógico a pernoitar em pensões do Sabugal. Estou a lembrar-me que se têm visto por aqui advogados que a comunicação social lhe dá muita importância e considera famosos, como sendo os Drs. João Nabais, Romeu Francês, António Arnault, Castanheira Neves, João Rodrigues e tantos outros.

Atente-se ainda no enorme tráfego de correio que diariamente é expedido pelo Tribunal. Foi-me dito por um funcionário experiente dos CTT que é o Tribunal e a Câmara quem maior volume de correio expede todos os dias.

Imagine-se também a realização de um julgamento na comarca da Guarda por factos ocorridos na comarca do Sabugal; para lá se deslocam, em alguns casos dezenas de testemunhas. Depois o julgamento prolonga-se para tarde e por lá se almoça e por lá se fazem compras.

Existem no Sabugal, se contei bem, 5 escritórios de advogados e 7/8 advogados permanentes.

Presentemente, no Tribunal do Sabugal exercem funções 5 (cinco) funcionários judiciais, 2 (dois) magistrados, 1 segurança, ao todo 8 (oito) pessoas. Apesar de nenhum deles residir no Sabugal, têm de percorrer quilómetros, gastar combustível, algumas vezes abastecendo-se inclusive nos postos do Sabugal. Para além disso almoçam cá. Ou seja, vão deixando cá algum lucro.

Estou a lembrar-me que pelo Circulo Eleitoral da Guarda forma eleitos 4 deputados para a assembleia da República, 3 pelo PSD e 1 pelo PS. Já alguém os viu na Assembleia da República a fazer qualquer intervenção sobre a região e, particularmente, sobre o concelho do Sabugal. Nós até poderíamos ter sorte porque um deles, foi cabeça de lista no Circulo Eleitoral da Guarda pelo partido que está no governo nas últimas eleições legislativas e até é natural do Soito.

É que com certeza para estes deputados este é um assunto de pouca importância e se calhar ainda nem tão pouco os preocupou.

Li hoje no “Capeia Arraiana” que o Sr. Deputado a quem me refiro é o Presidente do Grupo de Amizade com Cabo Verde, juntamente com outros deputados.

Não lhe ficava mal se também tivesse liderado um grupo de amizade com o Sabugal.



Para terminar, Sr. Presidente queira informar esta assembleia das diligências já efetuadas e as que pensa efetuar no sentido de ser invertida esta decisão que, a concretizar-se, como todos sabemos, é mais uma para os Srs. Governantes nos ajudarem a empobrecer”. -----

José Robalo para dizer: *“que a gente quando fala tem de saber do que está a falar. Queria dizer ao José Cunha que não é verdade o que disse, porque algumas pessoas, nomeadamente o Carlos Peixoto, deputado do PSD tem defendido, na Assembleia da República, o não encerramento da comarca. Há comarcas no interior que não têm razão de existir, como é o caso de Penamacor.*

Neste momento o juiz de Idanha – a – Nova acumula com a comarca de Penamacor. Esta comarca não tem pendência e não se justifica a sua existência. A nossa comarca tem mais do que razões para não ser encerrada. Enquanto que a comarca de Penamacor se não tem pendência, não tem serviço, não tem razão para ser mantida. Agora, se confundimos as coisas e metemos tudo no mesmo saco, estamos a prestar um mau serviço ao Sabugal. Temos de afirmar a comarca do Sabugal pela positiva e refletirmos em conjunto.”-----

António Miranda Serra, tomou a palavra para solicitar ao Presidente da Assembleia que propusesse aos proponentes da moção que retirassem os considerandos para que pudesse haver uma votação, por unanimidade. -----

O Presidente da Assembleia, depois de consultar os proponentes disse que o Partido Socialista não alterava o teor da Moção pelo que iria por à votação a Moção, tendo sido aprovada, por maioria, com 8 abstenções e nenhum voto contra, tendo **António Miranda Serra** feito a seguinte *declaração de voto*. *“Abstive-me porque apesar de estar de acordo com o não encerramento do Tribunal do Sabugal, não concordo com os considerandos contidos nesta Moção. Não me esqueço de quem colocou o país na situação em que está”.* -----

António Gata, depois de cumprimentar os presentes disse: *“vou começar esta minha breve intervenção, com um apelo a todos os elementos desta assembleia: que esta seja uma assembleia pujante de trabalho para o nosso concelho e que todos daqui saíamos com a consciência de que estivemos cá para cumprir a nossa obrigação e que algumas vozes mais cétricas possam concluir que apesar da Ordem de Trabalhos não ter nada de concreto, esta pode ser uma Assembleia muito prestativa. E começo por colocar três questões:*

- 1. pedir ao Sr. Presidente da Câmara que mande retirar o abrigo de passageiros, que se encontra no centro da freguesia, porque normalmente as pessoas aguardam pelo autocarro de manhã, quando ainda não há sol. Aquilo pode eventualmente abrigar pessoas de alguns raios solares, porque se tiver a chover, a água cai-lhes em cima. Como é um assunto que a Junta de*

Freguesia não teve nada a ver com ele, tendo sido um assunto da exclusiva responsabilidade da Câmara, peço-lhe que o mande retirar, porque só está a degradar o ambiente;

- 2. agradecer ao Sr. Presidente da Câmara, porque sei que, já houve evolução em relação à minha intervenção, relativamente à requalificação da iluminação pública de algumas zonas da minha aldeia.*
- 3. referir que a estrada que liga a freguesia de Nave ao concelho de Almeida e passa por Aldeia da Dona, Bismula, Vilar Maior, serve ainda Badamalos e Aldeia da Ribeira e, também Penamacor, sendo a estrada mais degradada do nosso concelho, merece e tem direito a ser requalificada.*

Voltando ao início da minha intervenção, e porque se trata de uma assembleia que tem muito pouco de trabalho, no que toca à Ordem de Trabalhos, lanço o repto para que, estando todos de acordo, se altere a ordem de trabalhos e se inicie um debate que é tão importante como a questão do tribunal, que é a questão das juntas de freguesia mais pequenas.

Tenho na minha mão dois documentos: um é o documento verde e outro é o documento n.º 44/XII. Em minha opinião é extremamente estranho que de um momento para o outro se deixasse de falar na questão dos municípios, e se fale só da questão das pequenas freguesias.

Até posso nem estar em desacordo com a aglomeração de freguesias, pois se tiver de ser feito que seja feito, mas de qualquer forma porque é que sobre os municípios está toda a gente calada. Há tempos falava-se que nas câmaras mais pequenas iriam ser reduzidos os seus ativos e porque é que agora já só se fala nas freguesias mais pequenas? Se assim o entenderem aqui fica o meu repto”. -----

João Manata disse: “faz hoje 25 anos que foi sepultado José Afonso, mais conhecido pelo Zeca, o maior canta-autor que este país já teve, e queria assinalar aqui a data. Falando no Zeca queria apelar aos senhores Presidentes de Junta que, se organizem, que lutem e não deixem acabar suas freguesias. Não deixem que o ministro invisível das coisas visíveis e invisíveis, Miguel Relvas, destrua o pouco que o interior ainda tem. Não se mandam as pessoas que aqui vivem, à fava, porque esses “gajos” não percebem nada disto. São uns tecnocratas que não sabem nada, nem sabem o que é a vida real”. -

Joaquim Carreto, tomando a palavra disse: “ *tenho três questões para colocar ao Senhor Presidente da Câmara:*

- a primeira para dizer que seria útil que, aquando do pagamento das senhas de presença das sessões da assembleia, os serviços financeiros da Câmara informassem qual a sessão a que se*



referia o pagamento. Isto porque a semana passada recebemos um valor, vindo referido vencimento do mês de fevereiro mas ... chego a um ponto em que fico baralhado. Já recebemos o documento do IRS do ano passado, e estamos a receber este ano e ainda não tivemos nenhuma sessão. Estamos a receber de que sessão? Penso que seria útil informar o valor e a que sessão da assembleia se refere. É uma questão de sermos práticos, e nós próprios também sabermos às quantas andamos.

- *li no documento relativo à atividade municipal, que a Câmara fez uma aquisição de 600 placas toponímicas. Em determinada altura foi aqui decidido que as placas seriam de diversas cores, consoante as freguesias, a cidade, etc. Pretendia saber se se mantinham as cores e que tipo de placas são essas.*
- *sugerir ao Senhor Presidente da Câmara que providenciasse no sentido de alterar o nome das pontes do Sabugal de forma a que a ponte junto ao Sol Rio, passasse a ser designada Ponte D. Dinis e a atual Ponte Açude passasse a Ponte Rainha Santa Isabel, porque penso que, da nascente à foz, haverá muitas pontes sobre o rio côa. Não sei quem foi o iluminado que teve a ideia de colocar aqueles nomes! E, já que estamos a falar de alterações, para quando o arranjo das portas e janelas do edifício da Câmara? Acho que já era altura. Teria sido mais útil ter arranjado primeiro as portas do que ter cortado as árvores”.*-----

Ana Viñolas, tomou a palavra para chamar a atenção de que em algumas zonas mais desertas, havia excesso de iluminação pública, como por exemplo junto da Zona de Localização Empresarial do Sabugal e que se deveria tomar medidas tendentes à poupança nessa matéria.-----

Joaquim Brázia, depois de cumprimentar os presentes disse que enquanto tivesse, pelo menos um fio de esperança, iria continuar a falar no projeto “ Ofélia Club”, apesar de muita gente já não acreditar nele e, por isso, perguntou ao senhor Presidente da Câmara qual o ponto da situação pois tivera a informação que o projeto não andava por uma questão burocrática, inerente à Câmara, em que um funcionário o tinha retido, para que não avançasse. -----

Ramiro Matos fez uma a intervenção não enquanto Presidente da Assembleia Municipal, mas como membro da assembleia e disse: “*Esta declaração política ganhou ainda mais sentido depois da intervenção do senhor deputado José Robalo. Para nós Partido Socialista não há municípios de primeira nem de segunda, não há cidadãos de primeira nem de segunda, os cidadãos do concelho do Sabugal como os cidadãos de qualquer concelho deste país, pequenos ou grandes, maiores ou mais pequenos, todos têm direito ao mesmo*”.



De seguida procedeu à leitura da referida **declaração**:

“As sucessivas declarações de membros do Governo Central sobre a necessidade de levar a cabo reformas estruturais vêm sendo acompanhadas nos últimos anos pelo encerramento ou tentativa de encerramento de instituições de serviço público, sobretudo no interior do País.

Os sectores da educação, do ensino e da saúde têm sido aqueles sobre os quais incide a sanha de reestruturação, isto é, de encerramento.

A justificação é sempre a mesma, a da contenção de custos, a da racionalização de serviços, numa lógica economicista com a qual o Partido Socialista no Concelho do Sabugal sempre esteve e estará em desacordo.

Mas interessa hoje, quando às imposições da troica se juntam as vontades dos decisores políticos portugueses, colocar de forma ainda mais clara a nossa posição.

Para nós, o Estado e as suas instituições têm um papel fundamental no funcionamento da sociedade portuguesa e na garantia de uma Nação social e territorialmente coesa.

Para nós o Estado e as suas instituições “vendem” (entre aspas) o produto mais nobre que uma entidade pode “vender” – Cidadania.

E o “lucro” (entre aspas novamente), os resultados, medem-se, não em termos de mais ou menos milhão de euros, mas em termos de “maior ou menor cidadania”!

Quando se afastam as instituições públicas do cidadão que a elas quer e tem o direito de aceder, não há lucros, mas prejuízos.

Quando se diminui a qualidade do serviço prestado não há lucro, há diminuição do direito à cidadania de cada português afetado, logo há prejuízo.

Por isso, para nós, Grupo Político do Partido Socialista na Assembleia Municipal do Sabugal, reformas estruturais só podem significar aproximar o Estado dos cidadãos e melhorar a qualidade do serviço prestado.

Não estamos preocupados com os custos financeiros destas reformas estruturais, embora defendamos que as mesmas devem contribuir para melhorar a eficiência do serviço prestado.

Mas quando as opções dificultam e afastam os serviços públicos dos cidadãos, nunca compreenderemos a valia das ditas reformas estruturais.

Para nós, socialistas do Concelho do Sabugal, as reformas estruturais a levar a cabo, seja a nível do Governo Central seja a nível do Município, são aquelas que contribuem para aumentar os níveis de

cidadania de cada sabugalense, independentemente do lugar onde habitam ou das suas condições socioeconómicas.

Quando se fecham escolas; quando se dificulta o acesso à saúde; quando se centralizam serviços afastando-os do cidadão, pode até gastar-se menos uns cêntimos, mas degrada-se, de certeza, um pouco mais, a qualidade de vida, logo, a cidadania de cada um, logo a qualidade da democracia portuguesa!

Para nós, socialistas do Concelho do Sabugal, levar a cabo reformas estruturais é garantir que cada cidadão pode, sem qualquer tipo de constrangimento, aceder livre e de forma fácil a todos os serviços públicos.

Por isso, os socialistas do Concelho do Sabugal estarão sempre na linha da frente do combate a medidas, como o encerramento do tribunal, o fecho das urgências médicas, o fecho cego e sem alternativas de escolas ou o pagamento de portagens na A23 e na A25.

Por isso, os socialistas do Concelho do Sabugal, vêm defendendo que, a nível local, sejam adotadas medidas como:

- *Estabelecer uma parceria com a Administração Central e com as Juntas de Freguesia para a criação de uma Loja do Cidadão Móvel.*
- *Estabelecer parcerias com as Juntas de Freguesia, o Centro de Saúde, os prestadores de serviços de saúde privados e as IPSS, de melhoria das condições de acesso dos idosos aos cuidados de saúde:*
 - *aquisição e funcionamento de uma Unidade Móvel de Saúde;*
 - *criação de uma rede de prestação de serviços de saúde, envolvendo as IPSS*
 - *criação de uma rede de transporte social;*
 - *criação de postos de telemedicina em todas as freguesias.*
- *Aderir ao Programa SIMPLEX AUTÁRQUICO, simplificando, desburocratizando e desmaterializando os processos administrativos, e reduzindo custos para os cidadãos e os agentes económicos;*
- *Abrir Delegações da Câmara Municipal em grupos de Freguesias com mais de 500 habitantes.*
- *Estabelecer parcerias com as Juntas de Freguesia, de delegação de competências tão amplas quanto as características de cada Freguesia o justificarem.*

- *Criar a figura de um “observador social” sobre a situação social de cada freguesia com a obrigação de permanentemente alertar para situações de carência e inadaptação.*

É neste sentido, o do reforço do papel que o Estado deve ter no aumento dos níveis de cidadania de todos os portugueses, que os socialistas do Concelho do Sabugal, se empenham e estão ao lado de todos os que não confundem reformas estruturais com visões economicistas de qualquer tecnocrata que, de forma passageira, tem o poder, delegado pelos eleitores, de tomar decisões!”-----

Nuno Teixeira, depois de cumprimentar os presentes disse que queria colocar as seguintes questões:

- qual o ponto da situação dos funcionários que foram nomeados como dirigentes e se era possível que lhe fosse facultada uma listagem com o nome e a remuneração auferida.
- perguntar ao sr. Presidente da Câmara se o SIADAP já tinha sido implementado, e se já haviam objetivos definidos;
- dizer, relativamente à realização da assembleia, o seguinte: *“A realização desta sessão da Assembleia Municipal deixou o Grupo Político do Partido Socialista atónito e incrédulo face a uma Ordem do Dia que, para além do ponto obrigatório “Atividade Municipal”, apenas contém um outro ponto.*

Colocámos até a questão de propor ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal para que não se realizasse a sessão, mas fomos confrontados com a lei que expressamente diz que “A assembleia municipal tem anualmente cinco sessões ordinárias, em Fevereiro, Abril, Junho Setembro e Novembro ou Dezembro (...).

A não solicitação de agendamento por parte do Sr. Presidente da Câmara de quaisquer outros assuntos, conduziu-nos a dois tipos de raciocínio:

Num primeiro momento, e embora nos custasse a acreditar em tal, pensámos que o Sr. Presidente da Câmara tomava esta atitude de forma deliberada numa tentativa de diminuir a importância que o regular funcionamento da Assembleia tem para o Concelho do Sabugal.

Mas, por muitas críticas que façamos ao Sr. Presidente, ainda acreditamos no seu apego à democracia e no seu respeito pelas Instituições, pelo que rapidamente abandonámos esta hipótese.

E assim, hoje estamos certos que a razão de uma Ordem do Dia como esta, mais não é que o resultado da inoperância e da incapacidade do Sr. Presidente da Câmara o que conduz, cada

vez mais, à paralisia dos Serviços municipais, logo, ao não desenvolvimento de qualquer proposta, capaz de vir a esta Assembleia.

E não havia nada para agendar?

Havia, se o Sr. Presidente compreendesse a importância das Sessões da Assembleia Municipal, mas, e sobretudo, a importância de um Município ativo e preocupado com o desenvolvimento do Concelho.

Estão em discussão pública alguns regulamentos municipais com eficácia externa que têm de ser aprovados por esta Assembleia.

Mas o Sr. Presidente deixou que os prazos de discussão pública se arrastassem para além desta data, o que provocará, a não ser que a bancada do PSD venha agora pedir uma Sessão Extraordinária, que os mesmos só entrarão em vigor em Maio.

Por tudo isto, o Grupo Político do Partido Socialista não pode deixar de lamentar o descrédito em que cai o poder local perante a sociedade sabugalense, quando se reúne quase uma centena de eleitos municipais para discutir quase nada.

Em Dezembro a maioria PSD gritou bem alto que o mais importante da Assembleia era a sua Ordem do Dia.

Dois meses depois, o Sr. Presidente da Câmara responde-lhes à letra!

Para além do dinheiro dos contribuintes gastos hoje, para além deste vazio na Ordem do Dia, o que nos preocupa verdadeiramente é que o Sr. Presidente da Câmara já nem para as sessões da Assembleia encontra assuntos!

A Câmara do Sabugal está parada e esta Ordem do Dia é o seu reflexo!

Como tal e no seguimento da minha intervenção quero dizer, para que conste em ata, que abdicarei da senha de presença desta sessão perante esta situação e porque a minha maneira de ser e de estar na política não me permite compactuar com situações destas. Porque sempre ouvi dizer que «quem não trabuca, não manduca», não posso aceitar que me seja paga uma senha de presença por ter feito, nada!! Uma vez que a lei não me permite prescindir do referido pagamento, irei doar o valor da senha desta sessão à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Sabugal.”-----

O Presidente da Câmara tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes disse que apenas iria responder às perguntas e não às insinuações que tinham sido colocadas. Disse que a Ordem de



Trabalhos era uma sequência natural das deliberações do executivo municipal, bem como dos assuntos que eram diretamente apresentados ao Presidente da Assembleia. Acrescentou que *“anda aqui muita gente há muitos anos e sabe que as assembleias municipais de fevereiro são as que, por regra, menos assuntos têm para discutir. Se os regulamentos não estão aqui, virão na próxima. É extremamente injusto que, se façam insinuações de todo o tipo quando as questões que colocam não são questões!”*

Relativamente à questão do **encerramento do tribunal** do Sabugal disse que tinham sido aprovadas, pelo executivo, duas moções: uma apresentada pela Presidência e outra apresentada pelos vereadores do Partido Socialista, em que a deliberação tomada tinha sido a de serem enviadas à Assembleia Municipal, à Ministra da Justiça e aos Grupos Parlamentares, tal como constava da ata. Aproveitou para informar que tinha sido o primeiro Presidente de Câmara, dos 47 com tribunal em lista de encerramento a dar uma entrevista para a comunicação social, relativamente ao encerramento de tribunais, nomeadamente do Tribunal do Sabugal. Quanto à intervenção de **José Robalo** e ao facto das freguesias de Meimão, Meimoa, Vale da Sr.^a da Póvoa e Benquerença, poderem vir a ser deslocadas para a comarca do Sabugal, acreditava que prefeririam vir para o Tribunal do Sabugal do que para o de Idanha-a-Nova.

Era verdade que o governo queria fazer reformas estruturais, mas elas deviam ter como princípio a coesão nacional. Mais do que se andar a defender a discriminação positiva, tinha que se ter visão territorial e nacional e o Presidente da Câmara tinha a responsabilidade de fazer com que isso acontecesse, dentro do *“espaço de manobra”* de que dispunha.

Relativamente à questão da iluminação pública disse que, a par da eficiência energética nos projetos, se deveria ter em conta a sustentabilidade.

Relativamente à reparação da estrada que liga a freguesia da Nave ao concelho de Almeida e que está bastante danificada, esperava que, ainda este ano, pudesse ser arranjada.

Relativamente à questão colocada por Joaquim Carreto sobre o arranjo das portas e janelas disse que estava prevista rubrica no orçamento da câmara, aguardava-se apenas que, pelos serviços, fossem elaboradas as peças processuais.-----

Relativamente à **eficiência energética** o nosso técnico da divisão de manutenção, conjuntamente com os serviços da EDP, estavam a elaborar um estudo sobre os locais do concelho em que, em determinadas épocas do ano, se poderia diminuir a iluminação. Tinha também sido feita uma proposta de aquisição de relógios astronómicos, como uma das medidas a adotar com vista à redução de gastos no consumo de energia.



Relativamente à criação de **postos de saúde locais** disse que, gostaria muito de as começar a colocar, mas tinha de haver grande ponderação, tanto mais que com a redução de 2% dos funcionários, até finais de setembro, não sabia se iria haver pessoal para essas funções. Era uma ideia muito boa, mas que teria de ser muito bem pensada.-----

Relativamente à questão colocada pelo Nuno Teixeira, sobre os **dirigentes de 2º e 3º grau** disse que o processo estava disponível na internet. Poderia ser consultada a ata de 24/09/2010, onde constavam os vencimentos de cada um dos dirigentes e relativamente ao SIADAP disse que este processo seguia os procedimentos normais e legais.

Relativamente à questão do projecto “**Ofélia Clube**” disse: *“ainda ontem, tentei, resolver um problema que temos na interpretação do aldeamento proposto na área definida do Plano de Ordenamento da Albufeira, sendo este um assunto que assume uma grande importância na decisão. O processo baixou novamente ao INAG - Instituto Nacional da Água e estamos a travar uma luta desesperada no sentido de obter a necessária alteração, por forma a conseguir-se ultrapassar o impedimento existente e o promotor possa avançar com o projeto, em Malcata. É bom e desejável que haja pessoas que acreditem que o projeto pode chegar a bom termo apesar de todas as dificuldades que têm surgido.*

Quanto às assembleias, não as descredibilizem. A Ordem de Trabalhos é muito importante, umas vezes mais extensas que outras, mas quer a atividade municipal quer os outros assuntos são muito importantes. Neste momento estamos com muitos Regulamentos que se encontram em discussão pública, motivo porque não vieram a esta sessão, mas que virão à próxima para aprovação”.-----

ORDEM DO DIA

PONTO 1 – ALTERAÇÃO DE TERRENOS DE DOMÍNIO PRIVADO PARA DOMÍNIO PÚBLICO;

O Presidente da Assembleia passou a palavra ao **Presidente da Câmara** que disse que era uma questão técnica que obrigava a sua vinda à Assembleia. Tratava-se de um processo de regularização de bens que ainda não estavam inseridos no património municipal e era necessário proceder à essa regularização. -----

Retomando a palavra o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum membro da assembleia pretendia intervir. Não havendo inscrições pôs o assunto a votação que foi **aprovado**, por unanimidade. -----



PONTO 2 – ACTIVIDADE MUNICIPAL

O **Presidente da Assembleia**, tomou a palavra para dizer que se iria passar à discussão deste ponto, tendo dado a palavra ao **Presidente da Câmara** que disse que a informação, por escrito, tinha sido distribuída a todos os membros da assembleia, pelo que se houvesse algum esclarecimento a dar, estava à disposição. -----

Retomando a palavra o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum membro da assembleia se pretendia inscrever para intervir. Na sequência de inscrição foi dada da palavra a: -----

Pedro Cardoso tomou a palavra para perguntar qual o ponto da situação relativamente ao sistema rodoviário do Concelho do Sabugal, após a reunião realizada em Almada no passado dia 10/01/2012, com as Estradas de Portugal, S.A. Em resposta o **Presidente da Câmara** disse que nessa reunião tinha transmitido essencialmente que: *“ o estrangulamento do Sabugal, é a falta de vias estruturantes de ligação territoriais à A23 e à A25. É evidente que as Estradas de Portugal já conheciam essa situação. Tive também oportunidade de dizer que, o facto de não ser possível avançar com a ligação direta do Sabugal à A23, no traçado em que temos trabalhado, não impedia que o Sabugal cumprisse a sua obrigação de melhorar as acessibilidades do concelho à Guarda.*

Fiquei com a sensação que esse comprometimento, pelo menos do trabalho das estradas que estavam inseridas no Plano Rodoviário Nacional (ligação à Guarda e ligação por Caria) iriam trabalhá-las. É mais difícil, não apenas pela questão financeira, mas também pela justificação de que aquela estrada é efetivamente a ligação mais direta para a A23 e que é uma estrada de dá continuidade a um trabalho já feito - Variante – Soito e o troço de Aldeia da Ponte. Temos de continuar a mostrar que o município de *per si* não tem capacidade financeira para fazer a Ligação à A23. -----

Manuel Rito tomou a palavra para dizer: *“suponho que a reunião de 11 de janeiro com a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro, foi relativa à alteração do plano de ordenamento da albufeira. Este quando foi aprovado incluiu a Zona de Recreio e Lazer de Malcata, que é o que permite a instalação do Ofélia Club. O espírito da criação desta zona foi de exceção às regras gerais para o resto do plano. Parece que assim não é entendido, porque a redação final será dúbia. Assim e para que o Sr. Presidente não corra o risco de perder o mandato e para resolver de imediato o licenciamento do projeto, sugiro que traga o assunto à Assembleia para que esta assuma essa responsabilidade. Duvido que todos percamos o mandato e de uma vez por todas o promotor ou avança ou indemniza a Câmara, que fica com os terrenos.”* -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Vale Longo**, depois de cumprimentar os presentes disse que, pela atividade municipal verificara que no dia 09/02/2012 tinha havido uma reunião com empresários e pretendia saber se tinha sido com empresários com sede no concelho ou de outros concelhos. Em resposta o **Presidente da Câmara** disse que, como já referira em várias assembleias, o seu trabalho no exterior tem sido na captação de empresários e, essas reuniões eram essencialmente com empresários de fora do concelho, esperando que pudessem dar frutos. Referiu ainda que o território do sabugal estava sob a mira de muitos empresários pelas potencialidades que ainda tinha para desenvolver. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Baraçal**, depois de cumprimentar os presentes disse que, a sua questão tinha a ver com a Reforma Administrativa. Que pela atividade municipal tinha verificado que não tinha sido agendada nenhuma reunião, nem com o governo, nem com os órgãos responsáveis, nem com as Juntas de Freguesia. Como era um assunto demasiado sério queria saber o que executivo pensava fazer, acrescentando que era antes das coisas acontecerem que se deveria decidir e chegar a alguma conclusão. -----

Em resposta o **Presidente da Câmara** disse que o assunto tinha sido agendado para ser discutido em reunião de Câmara, mas não tinha sido feito porque, com o anterior documento, seria discutir um assunto para o qual não haveria justificação possível para que se extinguisse uma ou outra freguesia.

A verdade era que, o novo documento, expressava a obrigatoriedade de redução das freguesias com menos de 150 habitantes, bem como a redução de 20% de freguesias. Ou seja, aplicada a regra, pela forma como está escrito, o concelho do Sabugal deixava de ter 10 freguesias.

Sabia também que o Governo tinha dito que, se não o fizesse a Câmara Municipal ... mas diria também que sobre o documento elaborado pelo Governo haverá ainda uma discussão na Assembleia da República e o Secretário - Geral do Partido Socialista tem vindo a dizer que é contra a redução de freguesias. Por isso acreditava que o documento não ficaria por aqui, e que ainda haveria outra solução.

A Associação Nacional de Municípios Portugueses também estava a tomar posição. Ainda não tinha o caderno de encargos elaborado para a tipologia dos concelhos do país, mas estavam a fazer o seu trabalho. Por mim as freguesias ficavam todas, mas se não houver mais mudanças ao atual documento, teremos de definir estratégias conjuntas entre a Câmara, os Presidentes de Junta e a Assembleia. -----

António Gata, tomando a palavra disse que não podia deixar de pegar nas palavras do Presidente da Câmara e saudar o Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, por ter sido a única pessoa, na assembleia, a ter coragem para falar dum assunto tão importante, mas a sua intervenção tinha a ver

com a reunião realizada no dia 13/02/2012, com o Centro de Estudos Rurais, no âmbito de projetos de agronomia, e gostaria de saber qual foi o enquadramento da Côacaça nesta questão. Penso que era importante que se falasse da Côacaça, da ligação da Côacaça à pesca e saber se, de facto, a Côacaça já tinha morrido ou ainda estava viva? -----

Em resposta o **Presidente da Câmara** disse que pensava que a Côacaça ainda estava viva mas moribunda. Tinha levado uns “coices e uns açoites” numa das últimas reuniões de câmara, em que se colocou a questão sobre se a gestão das zonas de caça municipais, de forma autónoma, deveria passar para a Câmara ou ficar com a Côacaça. No entanto a Câmara também era associada da Côacaça e, com a maior brevidade, iria pedir ao Presidente da Côacaça que agendasse uma reunião para se tratar da situação atual. Agradeceu ainda a disponibilidade das pessoas que tinham tentado que o projeto vingasse. -----

Não havendo mais intervenções passou-se ao último ponto da ordem de trabalhos.-----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

---- Chegado a este ponto o **Presidente da Assembleia** perguntou se de entre os munícipes presentes algum pretendia intervir. Assim, na sequência de inscrição foi dada a palavra a:-----

José Teles que, depois de cumprimentar os presentes, disse que ia ser prático pragmático e realista. Assim, colocou as seguintes questões:

- se havia algum projeto para **reabilitação das casas antigas**, em ruínas.
- Do corte das árvores junto à fonte centenária que se encontrava na Praça da República, junto à Câmara.
- que junto ao castelo se estava a construir uma casa que era uma afronta, pois nada tinha a ver com a história daquela zona.
- que o concelho do Sabugal não podia ficar sem tribunal.

Em resposta o **Presidente das Câmara** disse que:

- a questão das casas em ruínas deveria ser tratado junto do serviço de proteção civil que notificaria os proprietários para que tomassem as medidas necessárias à reparação, salvaguardando questões de higiene, segurança e saúde pública;



- o responsável pelas obras da casa junto ao castelo é o IGESPAR a quem compete emitir o necessário parecer. No entanto, iria procurar saber o que se passava.
- Relativamente ao corte das árvores o objetivo era requalificar o espaço, com a plantação de novas árvores, estando os técnicos municipais a tratar do assunto. -----

Não havendo mais assuntos a tratar o Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos e deu por **encerrada a sessão** eram onze horas e trinta minutos, da qual foi lavrada a presente ata que foi aprovada em minuta, para resolução imediata das deliberações tomadas, conforme disposto no n.º 3 do art. 92º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro e que vai ser assinada, nos termos da legislação em vigor. -----

O Presidente da Assembleia, 
Ramiro Manuel Lopes de Matos

A Técnica Superior, 
Mª Teresa Marques

